

MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021
DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE
RECEITA
LRF Art. 5º, inciso V
Lei de Diretrizes Orçamentárias, art. 59

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	VALOR DA RENÚNCIA EM 2021	FORMA DE COMPENSAÇÃO
IPTU	ISENÇÃO	Conforme Lei Municipal nº 2.482/2010	200.000,00	Vide Observação abaixo
IPTU	DESCONTO PARA PAGAMENTO A VISTA	Conforme Lei Municipal a ser aprovada	60.000,00	
TAXA COLETA DE LIXO	ISENÇÃO	Conforme Lei Municipal nº 2.482/2010	15.000,00	
MULTAS E JUROS DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	ISENÇÃO DE ATÉ 100%	Conforme Lei Municipal a ser aprovada - para todos os contribuintes em débito com o Município	25.000,00	
MULTAS E JUROS DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	ISENÇÃO DE ATÉ 100%	Conforme Lei Municipal a ser aprovada - para todos os contribuintes em débito com o Município	19.000,00	
TOTAL			319.000,00	

Obs:

1 - Os valores da renúncia para 2021 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal.

2 - Os valores da renúncia projetados para 2022 e 2023, foram calculados a partir dos valores de 2021, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2022: 3,50%

Inflação para 2023: 3,25%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de IPTU para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infra legal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13 e, 60 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021
DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPENSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
LRF Art. 5º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2021
Aumento Permanente da Receita	(1.668.947,67)
Decorrente de Receitas Tributárias	(58.595,84)
Decorrente de Transferências Correntes	(1.610.351,83)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(244.801,25)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(1.913.748,92)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(1.913.748,92)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	(547.376,20)
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(2.151.036,17)
Relativas a Outras Despesas Correntes	1.603.659,97
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021
DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIDADE E
ATUALIZAÇÃO DAS METAS FISCAIS
LRF Art. 5º

(A) - RECURSOS DO TESOUREO MUNICIPAL

	METAS FISCAIS FIXADAS NA LDO PARA 2021	VALORES PREVISTOS NA LEI DE ORÇAMENTO
Receitas Totais Previstas	21.137.660,19	23.438.226,75
Receitas Primárias Previstas (1)	20.429.544,13	22.985.178,02
Despesas Totais Previstas	20.270.017,67	22.833.336,71
Despesas Primárias Previstas (2)	19.876.517,67	22.600.436,71
Resultado Primário Previsto (1 – 2)	553.026,46	384.741,31

(B) - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

	METAS FISCAIS FIXADAS NA LDO PARA 2021	VALORES PREVISTOS NA LEI DE ORÇAMENTO
Receitas Totais Previstas	7.415.799,33	7.595.409,96
Receitas Primárias Previstas (1)	6.464.112,25	6.195.409,96
Despesas Totais Previstas	7.415.799,33	7.595.409,96
Despesas Primárias Previstas (2)	7.415.799,33	7.595.409,96
Resultado Primário Previsto (1 – 2)	951.687,08	1.400.000,00

(C) – CONSOLIDAÇÃO GERAL (A + B)

	METAS FISCAIS FIXADAS NA LDO PARA 2021	VALORES PREVISTOS NA LEI DE ORÇAMENTO
Receitas Totais Previstas	28.553.459,52	31.033.636,71
Receitas Primárias Previstas (1)	26.893.656,38	29.180.587,98
Despesas Totais Previstas	27.685.817,00	30.428.746,67
Despesas Primárias Previstas (2)	27.292.317,00	30.195.846,67
Resultado Primário Previsto (1 – 2)	398.660,62	1.015.258,69

MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA POR FONTES
(LRF art. 12 e Lei nº 4.320/64, art. 22, III)

CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECA- DADA	ARRECA- DADA	ARRECA- DADA	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receitas Correntes	25.930.708,20	27.258.963,43	29.555.969,01	29.410.669,41	30.798.721,85	33.317.669,28	36.365.779,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.936.436,27	2.076.976,95	2.421.579,34	2.565.621,73	2.657.750,00	2.994.877,67	3.342.833,85
Contribuições	2.153.302,94	1.151.819,88	1.246.887,90	1.254.725,15	1.497.500,00	1.620.904,51	1.764.820,56
Receita Patrimonial	1.049.429,62	906.578,21	1.373.242,35	156.456,96	1.431.200,00	1.518.324,30	1.606.861,59
Receita Agropecuária	864,75	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	136.342,57	206.840,56	172.388,11	118.980,17	149.750,00	158.866,03	168.129,91
Transferências Correntes	20.318.525,72	22.533.286,62	23.854.956,66	24.946.986,78	24.769.952,11	26.684.627,10	29.132.012,01
Outras Receitas Correntes	335.806,33	383.461,21	486.914,65	367.898,61	328.569,74	340.069,67	351.121,93

Receitas de Capital	49.170,00	1.130.911,73	1.071.343,71	2.629.215,33	3.397.296,73	3.158.389,65	3.341.147,30
Operações de Crédito	-	-	-	1.391.151,27	418.848,73	-	-
Alienação de Bens	-	176.900,00	-	-	50.000,00	51.750,00	53.431,88
Amortização de Empréstimos	-	350,88	195,70	-	3.000,00	3.105,00	3.205,91
Transferências de Capital	49.170,00	953.660,85	1.071.148,01	1.238.064,06	2.925.448,00	3.103.534,65	3.284.509,51
Receitas Correntes Intraorçamentárias	1.099.320,87	3.968.032,93	4.261.672,47	5.005.097,78	4.826.409,96	5.261.372,96	5.784.422,06
Deduções para o FUNDEB	(2.643.556,76)	(2.816.548,21)	(3.043.934,21)	(2.780.665,64)	(3.198.381,87)	(3.457.168,47)	(3.770.155,79)
TOTAL	24.435.642,31	29.541.359,88	31.845.050,98	34.264.316,88	35.860.046,67	38.280.263,41	41.721.193,42

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DA RECEITA

A) Os valores referentes aos exercícios de 2017, 2018 e 2019 foram obtidos a partir dos dados constantes nos respectivos balanços anuais.

B) Os valores relativos à arrecadação prevista de 2020 foram obtidos a partir da receita arrecadada até o mês de setembro, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

C) Em linhas gerais, nas projeções para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, o cenário projetado sinaliza para um crescimento global das receitas em torno de uma taxa média de cerca de 7%.

D) O pressuposto geral de comportamento da Receita Municipal é o da existência de uma correlação do comportamento dessa receita com o desempenho dos agregados macroeconômicos. Além disso, pressupõe-se em algumas receitas diretamente arrecadadas pelo Município, que as taxas de crescimento real sejam maiores, devido aos esforços de melhoria de gestão e diminuição de inadimplência. Os indicadores macroeconômicos básicos utilizados para a reestimativa de 2020 e as estimativas da receita para 2021, 2022 e 2023 foram:

Ano	2020	2021	2022	2023
VARIAÇÃO DO IPCA	2,76%	3,10%	3,50%	3,25%
CRESCIMENTO DO PIB	-5,00%	3,47%	2,50%	2,50%
TAXA SELIC (Média)	2,00%	2,50%	4,50%	5,50%
Crescimento Real das Receitas Tributárias	8,19%	7,25%	8,87%	8,10%
Cresc. Real das Transf. Correntes da União	14,28%	7,70%	6,53%	9,50%
Cresc. Real das Transf. Correntes do Estado	0,79%	1,56%	2,33%	1,56%

MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021
DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES E DA DESPESA POR GRUPO DE
NATUREZA DE DESPESA – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RECEITAS

Especificação	Orçamento Fiscal	Seguridade Social	Total
REC. CORRENTES	22.545.357,35	8.289.364,50	30.834.721,85
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	2.308.325,00	349.425,00	2.657.750,00
Rec. Contribuições	395.000,00	1.102.500,00	1.497.500,00
Rec. Patrimonial	29.500,00	1.401.700,00	1.431.200,00
Rec. Serviços	149.750,00	-	149.750,00
Transf. Correntes	19.600.712,62	5.169.239,50	24.769.952,12
Outras Rec. Corr.	62.069,73	266.500,00	328.569,73
REC. DE CAPITAL	3.377.296,73	20.000,00	3.397.296,73
Oper. De Crédito	418.848,73	-	418.848,73
Alienação de Bens	30.000,00	20.000,00	50.000,00
Empr. Concedidos	3.000,00	-	3.000,00
Transf. De Capital	2.925.448,00	-	2.925.448,00
REC. CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS	-	4.826.409,96	4.826.409,96
Rec. Contribuições	-	4.826.409,96	4.826.409,96
Rec. Patrimonial	-	-	-
Outras Rec. Corr.	-	-	-
(-) Deduções da Receita	-3.198.381,87	-	-3.198.381,87
T O T A L	22.724.272,21	13.135.774,46	35.860.046,67

DESPESAS

Especificação	Orçamento Fiscal	Seguridade Social	Total
DESP. CORRENTES	16.475.385,18	13.997.110,98	30.472.496,16
Pessoal e Encargos Sociais	11.282.627,93	10.451.380,60	21.734.008,53
Juros e Encargos da Dívida	212.900,00	-	212.900,00
Outras Despesas Correntes	4.979.857,25	3.545.730,38	8.525.587,63
DESP. DE CAPITAL	4.233.787,03	78.763,48	4.312.550,51
Investimentos	3.759.687,03	78.763,48	3.838.450,51
Inversões Financeiras	1.000,00	-	1.000,00
Amortização da Dívida	473.100,00	-	473.100,00
RESERVA DO RPPS	-	600.000,00	600.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	475.000,00		
T O T A L	21.184.172,21	14.675.874,46	35.860.046,67

MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS AO
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR MUNICIPAL - FPSM**

Lei Federal nº 4.320/64, art. 2º, § 2º, inciso I

Receitas Previstas para o FUNDO		Despesas Fixadas para o FUNDO	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Rec. Contribuições	1.102.500,00	Pessoal e Encargos Sociais	6.625.409,96
Rec. Patrimonial	1.400.000,00	Outras Despesas Correntes	360.000,00
Outras Rec. Corr.	266.500,00	Investimentos	10.000,00
Rec. Contribuições - Intraorçamentárias	4.826.409,96	RESERVA DO RPPS	600.000,00
TOTAL	7.595.409,96	TOTAL	7.595.409,96

MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021
DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
EM RELAÇÃO A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA
 Metodologia da IN nº 06/2019, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2021
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	30.834.721,85
II - DEDUÇÕES	6.401.055,47
IRRF s/Rendimentos do Trabalho	409.000,00
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	1.102.500,00
Compensação Financeira entre Regimes	164.500,00
Rendimentos de Aplicações de Rec. Previdenciários	1.400.000,00
Outras Receitas RPPS	102.000,00
Receitas Correntes Consórcio Comandaí	24.673,60
Deduções da Receita Corrente - FUNDEB	3.198.381,87
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+III)	24.433.666,38

Limite Legal para Despesas de Pessoal do Executivo (54% x RCL)	13.194.179,85
Limite Prudencial para Despesa de Pessoal do Executivo (51,30% X RCL)	12.534.470,85
Limite Legal para Despesas de Pessoal do Legislativo (6% x RCL)	1.466.019,98
Limite Prudencial para Despesa de Pessoal do Legislativo (5,7% X RCL)	1.392.718,98

Especificação das Despesas	Despesa do Executivo	Despesa do Legislativo
	2021	2021
Total das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	14.488.598,57	620.000,00
(-) IRRF s/ Rendimentos do Trabalho	400.000,00	9.000,00
(-) Indenizações e Restituições Trabalhistas	72.250,00	-
(-) Despesas de pessoal de exercícios anteriores	8.000,00	-
(-) Amortização do Passivo	2.700.484,43	-
Despesa com pessoal prevista	11.307.864,14	611.000,00
Percentual de Comprometimento em relação a RCL prevista	46,28%	2,50%

MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO:
Constituição Federal, art. 212
Lei Federal nº 9.394/1996

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	25%	ESPECIFICAÇÃO	GASTOS MDE	GASTOS FUNDEB
IPTU	924.000,00	231.000,00	ENSINO FUNDAMENTAL	622.500,00	2.621.950,00
ITBI	328.000,00	82.000,00	ENSINO MÉDIO	-	-
ISSQN	479.000,00	119.750,00	ENSINO PROFISSIONAL	-	-
IRRF	598.500,00	149.625,00	ENSINO SUPERIOR	-	-
FPM	8.737.686,00	2.184.421,50	EDUCAÇÃO INFANTIL	279.500,00	1.793.934,60
ITR	15.000,00	3.750,00	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	-	-
ICMS	6.971.986,38	1.742.996,60	EDUCAÇÃO ESPECIAL	148.500,00	-
IPVA	900.775,20	225.193,80			
IPI / Exportação	103.461,82	25.865,45	OUTRAS SUBFUNÇÕES	515.820,47	57.600,00
SUBTOTAL	19.058.409,40	4.764.602,34			
RETORNO DO FUNDEB		4.471.984,60			
(-) CONTRIBUIÇÃO P/ O FUNDEB		-3.198.381,87			
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras (MDE e FUNDEB)		1.600,00	TOTAL POR FONTE	1.566.320,47	4.473.484,60
MÍNIMO A APLICAR		6.039.805,07	TOTAL FIXADO (MDE + FUNDEB)		6.039.805,07

MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS
EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE:
 Constituição Federal, art. 198
 Lei Complementar nº 141/2012

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	15%	ESPECIFICAÇÃO	GASTOS ASPS
IPTU	924.000,00	138.600,00	ATENÇÃO BÁSICA	546.500,00
ITBI	328.000,00	49.200,00	ASSIST.HOSPITALAR E AMBULAT.	-
ISSQN	479.000,00	71.850,00	SUORTE PROFILÁTICO E TERAP.	45.000,00
IRRF	598.500,00	89.775,00	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	-
FPM	8.737.686,00	1.310.652,90	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	52.900,00
ITR	15.000,00	2.250,00	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	-
ICMS	6.971.986,38	1.045.797,96	OUTRAS SUBFUNÇÕES	2.214.461,41
IPVA	900.775,20	135.116,28		
IPI / EXPORTAÇÃO	103.461,82	15.519,27		
SUBTOTAL	19.058.409,40	2.858.761,41		
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras		100,00		
MÍNIMO A APLICAR		2.858.861,41	TOTAL FIXADO	2.858.861,41

MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021
DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DE APLICAÇÃO DE DESPESAS A SEREM
FINANCIADAS POR OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Art. 167, III, da Constituição Federal e Art. 12, § 2º, da LRF

R E C E I T A S		D E S P E S A S	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Operações de Crédito Internas - BADESUL	418.848,73	Projeto: 1.144 - Investimento em infra-estrutura do parque industrial através de Operação de Crédito	
		Elemento: 4.4.90.51 - Obras e Instalações	150.000,00
		Projeto: 1.145 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos através de Operação de Crédito	
		Elemento: 4.4.90.52 - Equipamentos e Materiais Permanentes	31.700,00
		Projeto: 1.146 - Pavimentação em vias urbanas através de Operação de Crédito	
		Elemento: 4.4.90.51 - Obras e Instalações	111.137,00
		Projeto: 1.147 - Pavimentação com pedras irregulares basalto no interior do Município através de Operação de Crédito	
		Elemento: 4.4.90.51	63.000,00
		Projeto: 1.150 - Construção de Ponte através de Operação de Crédito	
		Elemento: 4.4.90.51 - Obras e Instalações	63.011,73
T O T A L	418.848,73	T O T A L	418.848,73

MUNICÍPIO DE GUARANI DAS MISSÕES
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2021
DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DO LIMITE MÁXIMO PARA AS DESPESAS DO
PODER LEGISLATIVO
Art. 29-A da Constituição Federal
IN TCE/RS nº 06/2019

Receita Efetivamente Arrecadada no Exercício Anterior	Arrecadado Até Setembro	Tendência Até o Final do Exercício	Total
1.1.0.0.00.0.0.00 – Impostos Taxas e Contribuição de Melhorias	2.038.813,50	526.808,24	2.565.621,74
1.2.1.8.01.1.0.00 – CPSSS do Servidor Ativo.	533.170,83	333.493,36	866.664,19
1.2.4.0.00.1.0.00 – Contribuição p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	291.045,72	97.015,24	388.060,96
1.7.1.8.01.2.0.00 - Cota Parte do FPM – Cota Mensal	5.475.114,41	1.470.741,00	6.945.855,41
1.7.1.8.01.3.0.00 - Cota Parte do FPM – 1% Cota Entregue no Mês de Dezembro	-	364.107,00	364.107,00
1.7.1.8.01.4.0.00 - Cota Parte do FPM – 1% Cota Entregue no Mês de Julho	345.179,50	-	345.179,50
1.7.1.8.01.5.0.00 - Cota Parte do ITR	4.458,76	10.541,24	15.000,00
1.7.2.8.01.1.0.00 - Cota Parte do ICMS	4.627.370,90	1.384.459,00	6.011.829,90
1.7.2.8.01.2.0.00 - Cota Parte do IPVA	718.073,72	130.827,00	848.900,72
1.7.2.8.01.3.0.00 - Cota Parte do IPI – Municípios	63.010,88	17.844,00	80.854,88
1.7.2.8.01.4.0.00 - Cota Parte da CIDE	6.224,35	2.000,00	8.224,35
S O M A ----->	14.102.462,57	4.337.836,08	18.440.298,65

Estimativa do Limite Máximo de Gastos do Legislativo

Valor previsto para a Receita Efetivamente Arrecadada no Exercício Anterior	18.440.298,65
População do Município	7.537 Habitantes
Limite Máximo Permitido Cfe Art. 29-A da Constituição Federal	7 % RREA
Valor máximo para as despesas do Poder Legislativo	1.290.820,91
Valor máximo para as despesas com a Folha de Pagamentos do Poder Legislativo (CF/88, art. 29-A, § 1º)	903.574,63

Observação: conforme a decisão do Processo nº 6774/02-4 e os Pareceres nº 46/2001 e 59/2001, ambos do TCE/RS, o percentual de 70% de limite com folha de pagamento deve ter como referência o limite máximo de despesa total do legislativo apurado em função de sua população. Portanto, o Poder Legislativo não pode gastar com folha de pagamento, em reais, mais do que 70% do limite máximo de despesa.